

# Polícia Civil de Minas Gerais incinera mais de duas toneladas de drogas apreendidas pelas Forças de Segurança

Qui 26 junho

Dentro das ações de repressão ao tráfico de drogas no estado, a [Polícia Civil de Minas Gerais \(PCMG\)](#) realizou, nesta quinta-feira (26/6), a incineração de 2,1 toneladas de entorpecentes como maconha, cocaína, crack, haxixe e substâncias sintéticas. O material foi apreendido em ações das Forças de Segurança, em um período de sete meses, deflagradas em Belo Horizonte, na Região Metropolitana da capital (RMBH), no Alto Paranaíba e nas regiões Sul e no Centro-Oeste de Minas.

Este é o quarto procedimento efetuado em 2025 sob a coordenação do Departamento Estadual de Combate ao Narcotráfico (Denarc), totalizando 5,8 toneladas de drogas destruídas. No último lote, estão incluídos aproximadamente 600 quilos de maconha apreendidos em uma única operação do Denarc em Betim, RMBH, em março.

Segundo o porta-voz da PCMG, delegado Saulo de Castro, além de atender à lei vigente, a incineração regular de entorpecentes contribui para a saúde coletiva e a repressão à criminalidade. "Essa ação completa o ciclo de enfrentamento do tráfico e de crimes correlatos, retirando definitivamente de circulação as drogas, que tantos malefícios causam à população, sejam usuários ou comunidades atingidas pela atividade criminosa".

Além das incinerações planejadas pelo Denarc – que no ano passado resultaram em quase 11 mil quilos de entorpecentes destruídos – unidades da PCMG nas diferentes regiões de Minas também organizam os procedimentos a partir de apreensões em suas respectivas áreas de abrangência, contribuindo, assim, para a segurança pública no estado como um todo.

## Reforço

O processo de destruição do material segue rigorosos protocolos de segurança, sendo que na ação de hoje o efetivo foi reforçado por equipes vinculadas à Coordenadoria de Operações Estratégicas (COE) da Polícia Civil. O procedimento foi realizado em uma empresa siderúrgica localizada na região Central do estado, com acompanhamento de representantes do Ministério Público (MPMG) e da Vigilância Sanitária de Minas Gerais.